

CIÊNCIA POLÍTICA

GT 6: COMPORTAMENTO POLÍTICO E ELEITORAL

Sessão 1: Partidos, Eleições e Representação

UM ESTUDO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS NO PFL/DEM E PSDB

Brina Deponte Leveguen- UFSCar
brinadl@hotmail.com
Fomento: FAPESP

Existem muitos estudos sobre partidos políticos, mas pouquíssima análise sobre as estruturas dirigentes desses. Antes de competir em eleições e atuar externamente, um partido necessita se organizar internamente, para tanto conta com os órgãos dirigentes, no caso os Diretórios e as Comissões Executivas em níveis nacionais, estaduais e municipais. O presente trabalho analisa o PFL(Partido da Frente Liberal), que em 2007 mudou pra DEM (Democratas) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sob a perspectiva estrutural da Executiva Nacional, como órgão dirigente mais importante do partido, desde a provisória (em 1984 no PFL e em 1988 no PSDB) até a mais recente (2011 e 2013 respectivamente), a fim de responder as seguintes questões: qual é a porcentagem de parlamentares e ocupantes de cargos executivos? Qual o grau de oligarquização dessa cúpula? Quais fatores podem ter contribuído para esses valores? Existe alguma relação entre parlamentarização e oligarquização? Para tanto busca relacionar autores clássicos sobre partidos políticos e teoria das elites, como Michels e Duverger, com artigos atuais sobre ambos os partidos Na análise das Executivas em relação a parlamentarização foi considerada a função que o membro ocupava no instante de formação de cada Executiva, ou seja, se era mandatário eleito, ex-mandatário, ocupante de cargo público não eletivo, ex- ocupante de cargo público não eletivo ou sem histórico de cargos. Cada integrante foi classificado em apenas uma categoria. Ao avaliar a oligarquização usou-se os indicadores criados por Schonfeld: taxa de permanência, substituição simples, renovação simples e, principalmente, renovação da elite. Não foram considerados suplentes nem alterações inter-Encontros. O cruzamento dessas duas variáveis forma um panorama sobre quem e quantos são os estreates. Foram formuladas hipóteses sobre os resultados encontrados, por meio de uma comparação intra e interpartidárias e situações tanto endógenas quanto exógenas que possam ter afetado esses valores. A pesquisa está relacionada com o Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP) da UFSCar.

O estudo sobre partidos políticos é um dos grandes temas na área de Ciência Política, mas são poucas as análises com foco na organização, principalmente sobre estruturas dirigentes. Cada partido conta com Diretórios e Comissões Executivas, nos três níveis da federação. “A modalidade de organização de um partido estabelece o desenho da estrutura interna de poder, delimita as regras de filiação e define o programa e as diretrizes políticas que orientarão a ação partidária.” (ROMA, 2002, p. 72).

O Partido da Frente Liberal (PFL) foi fundado em 1985 a partir de uma dissidência, a Frente Liberal, do PDS, por não concordarem com a indicação de Paulo Maluf para ser candidato à presidência. O PFL se articulou então com Tancredo Neves. Em 2007 o partido aprovou a troca de nomenclatura, passando a ser o partido Democratas (DEM).

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi criado em 1988, por parlamentares dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). “Sua criação como partido interno ao sistema parlamentar propiciou uma estrutura organizacional fraca, descentralizada, a inexistência de atividades extra-eleitoral e pequena participação dos filiados e a falta de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes” (ROMA, 2002, p. 72). Com a organização interna federalizada existe uma autonomia para líderes locais em questões locais, mas a nível nacional ocorre uma centralização das decisões por parte dos dirigentes.

Esse trabalho analisa o PFL- DEM e o (PSDB) sob a perspectiva estrutural da Executiva Nacional, como órgão dirigente mais importante do partido, desde a provisória (em 1984 no PFL e em 1988 no PSDB) até a mais recente (2011 e 2013 respectivamente). No total cada partido teve 13 Executivas.

A opção por analisar as Comissões Executivas Nacionais como estrutura dirigente é que mesmo o órgão principal, em tese, sendo o Diretório Nacional, pois cabe aos membros dele tomar as principais e mais relevantes decisões, inclusive definir a Executiva, a grande quantidade de membros, em alguns casos passando de 200, dificulta a reunião e resolução das questões. Já as Executivas tiveram no máximo 45 membros no PFL-DEM e 33 no PSDB, por isso na prática têm um poder maior. Os estatutos admitem que as Executivas exerçam praticamente todas as atividades dos Diretórios, tais como ditar regras sobre o lançamento de candidaturas e decidir sobre a prorrogação dos mandatos dos próprios dirigentes.

Dessa forma o estudo sobre as Executivas é de extrema importância para compreender ações dos partidos atuais.

Sendo assim, os estudos sobre o papel das Executivas são de extrema importância para entender partidos atuais como o PSDB, principalmente na questão da oligarquia partidária.

O objetivo principal da pesquisa é avaliar o perfil dos membros da Executiva em duas perspectivas, a parlamentarização e a oligarquização a fim de responder as seguintes questões: qual é a porcentagem de membros que tem um papel relevante também fora do órgão, seja parlamentares ou ocupantes de cargos públicos não eletivos; Qual o grau de oligarquização dessa cúpula; Quais fatores podem ter contribuído para esses valores; Existe alguma relação entre parlamentarização e oligarquização;

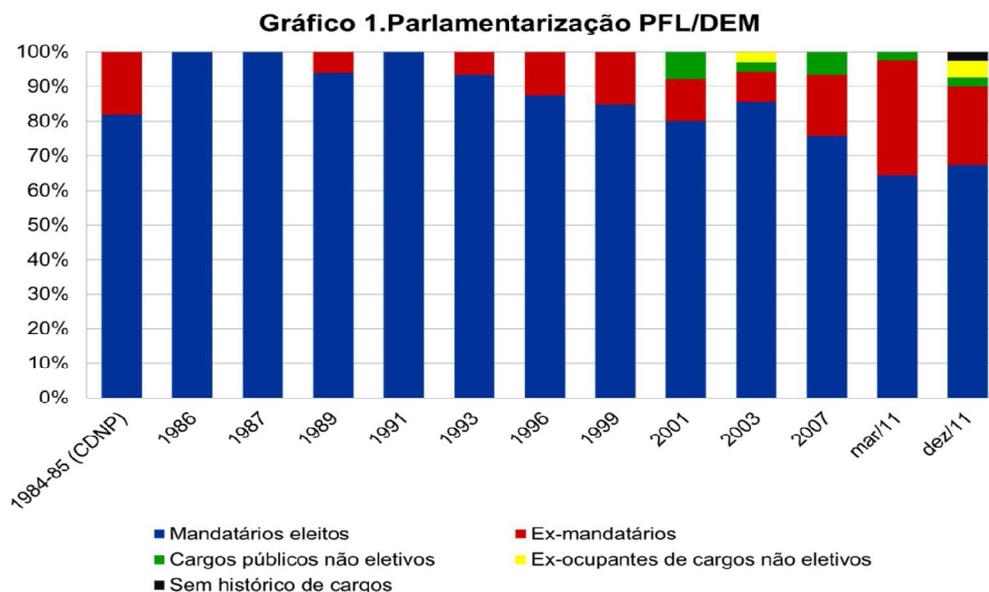
Parlamentarização

Nos estatutos dos partidos não existe nenhuma restrição sobre a presença de parlamentares nas Executivas.

A metodologia utilizada para avaliar a parlamentarização foi ver dentre as categorias, mandatário eleito (ocupante de cargo executivo ou legislativo eleito-vereador, deputado estadual, deputado federal, senador, prefeito, governador, presidente e vices, ex-mandatários, cargos públicos não eletivos- ministro, secretário municipal, secretário estadual, assessor parlamentar, entre outros, ex-ocupantes de cargos não eletivos ou sem histórico de cargos- eletivos ou de confiança- o membro se encaixava no momento de formação de cada Executiva (algumas listas não traziam a data exata da formação, apenas o ano).

Em alguns casos tiveram que ser feitas algumas escolhas subjetivas, como por exemplo quando o membro era ex-mandatário e ex-ocupante de cargo público não eletivo foi classificado no cargo de maior importância. Não foram consideradas alterações inter-Encontros, como a substituição de membros, seja por renúncia, morte ou doença e nem os suplentes, líderes da Câmara e do Senado e membros natos, pois esses são selecionados em esferas externas (bancadas).

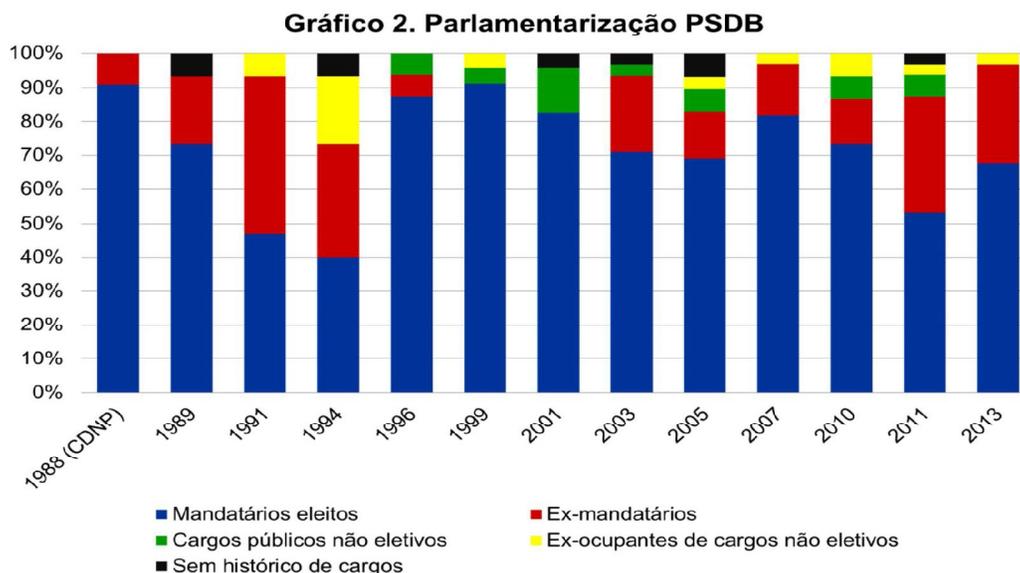
No PFL-DEM o número de membros foi no mínimo 11, o número mínimo exigido para a formação da Executiva provisória e no máximo 45, com média de 24 membros. No PSDB foi 11 e o máximo foi 33 e média de 23 membros.



Fonte dos gráficos: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O PFL-DEM possui um nítido perfil de partido parlamentarizado, pois a expressiva maioria é de mandatários e ex-mandatários e as outras categorias juntas nunca passaram de 10%. A presença de ex-mandatários aumenta conforme o partido vai definhando eleitoralmente.



Fonte dos gráficos: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Comparativamente ao PFL-DEM o PSDB tem maior presença de ocupantes e ex-ocupantes de cargos públicos não eletivos. No PSDB ocorre a presença de quadros importantes da gestão tucana, seja nos estados, com a participação considerável de governadores, seja no governo presidencial do Fernando Henrique Cardoso.

Oligarquização

Segundo Duverger (1987), a maior parte das organizações quer apresentar características democráticas, mas quando analisadas a fundo possuem um sistema oligárquico. Os partidos e suas cúpulas não são diferentes. No caso dos órgãos partidários, a oligarquia pode ser percebida caso não haja uma rotatividade considerável dos membros de uma Executiva em relação à anterior. A estrutura tende a ser oligárquica, pois os dirigentes acabam compondo uma classe, a classe de chefes. E como oligarquia, os membros se prolongam no poder, resultando num envelhecimento,

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

com troca apenas quando alguém morre ou se afasta por vontade própria. Para ocorrer uma renovação, um rejuvenescimento da estrutura, é preciso lutar contra essa tendência.

O uso do voto indireto possibilita essa aparência democrática, sem que seja de fato, porque não é a base que vota nos dirigentes, mas sim esta define os delegados e esses posteriormente votam nos membros para as instâncias superiores. Além disso, na maioria dos partidos uma única chapa se inscreve para ser a nova Executiva, portanto, os delegados não votam plenamente e sim só ratificam a decisão, dando uma aparência de democracia. “A eleição deveria impedir o nascimento de uma oligarquia; de fato, parece antes favorecê-la. As massas são naturalmente conservadoras; apegam-se elas aos seus velhos chefes, desconfiam de novas fisionomias” (DUVERGER, 1987, p. 188).

Para verificar se ocorre de fato esse processo no PFL-DEM e no PSDB, foram usados os indicadores criados por William Schonfeld a fim de avaliar o grau de estabilidade dos membros.

Os indicadores foram sistematizados e explicados claramente na tabela a seguir, em Ribeiro (2010):

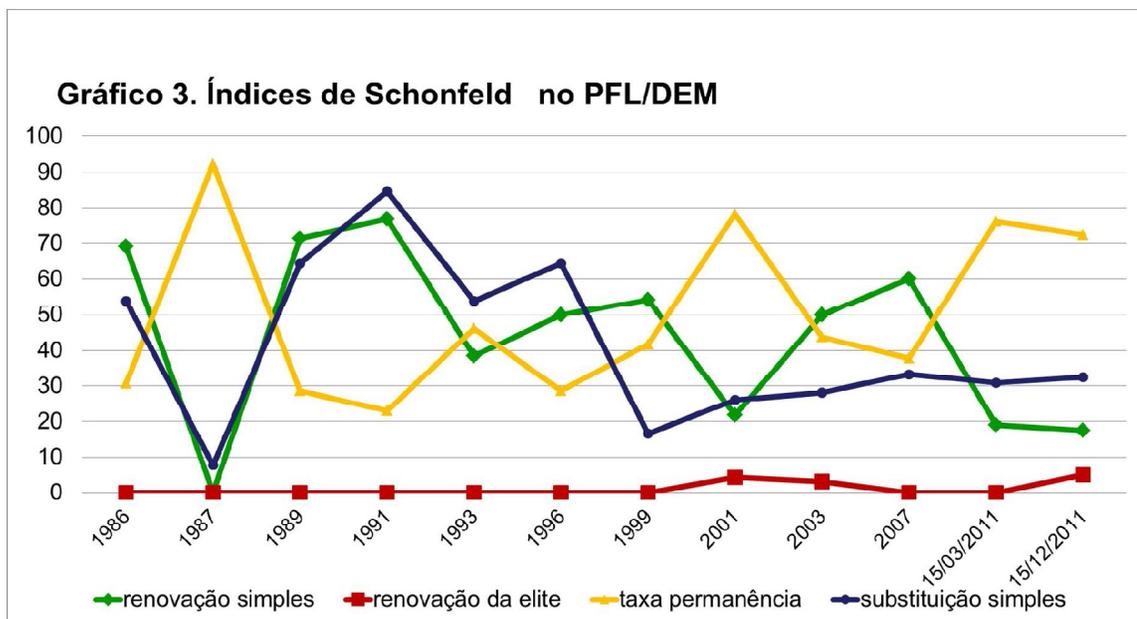
INDICADORES DE OLIGARQUIZAÇÃO: OS ÍNDICES DE SCHONFELD

Índice e Fórmula	Pergunta Respondida	Observação
<i>Renovação simples</i> $= \text{estreadantes} \div \text{NCt}$, onde NCt expressa o total de postos da composição recém-eleita.	Do total de membros de Ct, quantos (%) integram a instância pela primeira vez?	
Renovação da elite = nova elite \div NCt onde nova elite é a diferença entre estreadantes e “estreadantes de elite”.	Do total de Ct, qual a proporção de membros (%) que, além de nunca terem integrado a instância, tampouco exerceram mandatos eletivos relevantes fora do	Subtraímos dos estreadantes aqueles que já haviam exercido alguma função relevante fora do partido. Esses “estreadantes de elite” são deputados estaduais e federais, senadores,

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

	partido?	governadores e prefeitos, e os ex-ocupantes desses cargos. A renovação da elite mensura a chegada de membros efetivamente novos à direção nacional, ou seja: a formação e acesso de novas elites partidárias. (Sempre: índice 1 \geq índice 2)
$Taxa\ de\ permanência = reeleitos \div NCt$	Do total de membros de Ct, quantos (%) já integravam Ct-1?	Mede a taxa de reeleição dos membros, sempre em comparação com a composição imediatamente anterior.
$Substituição\ simples = (estreantes + retornantes) - \# \div NCt$, onde <i>retornantes</i> são aqueles dirigentes que, embora não estando em Ct-1, já haviam participado da mesma instância anteriormente.	Do total de Ct, qual a proporção(%) de cadeiras em que houve troca de membros em relação a Ct-1?	Mede a substituição total entre Ct e Ct-1, agregando tanto os estreantes quanto os que retornam à instância depois de um período de ausência, e descontando-se o peso inercial do aumento de vagas. Índice capta, assim, o efeito do <i>rodízio</i> de dirigentes. (NCt = reeleitos + estreantes + retornantes).

Ao fazer a análise das Executivas Nacionais e o processo de oligarquização foram considerados os membros presidentes, ex-presidentes, vice-presidentes, secretários, tesoureiros e vogais, não foram considerados suplentes, líderes da Câmara e do Senado e nem as mudanças de membros inter-Encontros. A decisão por não considerar esses membros é que os suplentes e as mudanças não estão assumindo no momento da eleição e os líderes são membros natos.



Fonte dos gráficos: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

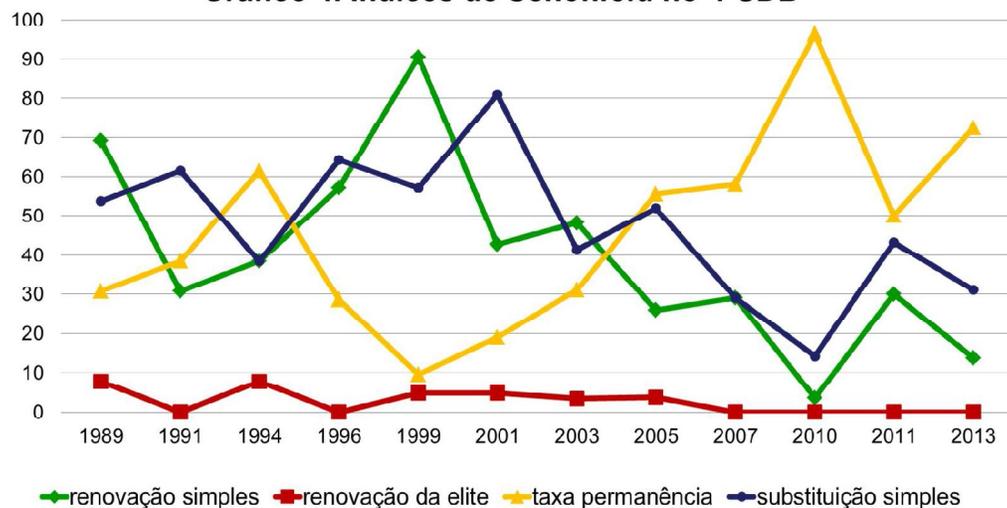
A média da taxa de permanência foi de 50%, a de renovação simples foi de 44%, a substituição simples foi de 41% e a renovação da elite foi de 1%.

Os valores mostram que em 1987 teve a maior taxa de permanência, mas a partir de 2007, quando o partido se renomeia em Democratas, essa taxa teve uma alta. Em 2007 também teve uma renovação simples alta, mas a substituição não foi no mesmo ritmo, demonstrando que a renovação foi em parte pelo acréscimo de vagas, tanto que foi a maior Executiva, com 45 membros.

O indicador que reúne parlamentarização e oligarquização é renovação da elite, pois mostra quantos e quem são os estreantes. Alguns estreantes podem ser considerados “de elite” pois já ocuparam algum cargo importante fora do partido, como deputado, senadores, governadores e prefeitos, ou ex. Portanto o indicador mensura o acesso de novas elites partidárias.

Na maioria do tempo a renovação da elite foi 0%, indicando que mesmo que tenha um número expressivo de estreantes, como em 1991, eles já tinham relevância fora do partido, não sendo, portanto, membros efetivamente novos.

Gráfico 4. Índices de Schonfeld no PSDB



Fonte dos gráficos: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

A média da taxa de permanência foi de 46%, a de renovação simples foi de 40%, a substituição simples foi de 47% e a renovação da elite foi de 3%. A maior taxa de permanência foi em 2010, com 96% e a maior queda em 1999, que teve a maior renovação simples, que pode ser explicada pela reeleição do presidente tucano Fernando Henrique Cardoso. Confirmando essa hipótese, a maior substituição simples foi em 2001, explicada pelo fato de que teve muitos retornantes, ou seja, alguns membros saíram para assumir algum cargo de confiança e com o fim do mandato do presidente no próximo ano voltaram para a Executiva.

Mesmo um pouco maior que no PFL-DEM, a renovação da elite ainda continua menor que 10%, chegando no máximo a 08%. A partir de 2005 a taxa de permanência sempre foi maior ou igual a 50%. . Esse dado comprova a afirmação de Ribeiro (2013) de que, com a perda do cargo de presidente, o partido perdeu o acesso a cargos de confiança e a grupos de interesse, então “a construção de uma organização mais sólida, mais centralizada nacionalmente, e mais concentrada em termos decisórios emergiu como estratégia de sobrevivência para as duas cúpulas (PFL\ DEM e PSDB), na tentativa de *atravessar o deserto da oposição* de volta ao governo” (RIBEIRO, 2013, p. 259).

Conclusões

Ambos os partidos estudados tem características em comum, tanto que se coligaram nas disputas eleitorais. Os dois possuem o perfil de partido parlamentarizado, ou seja, com um grande número de mandatários e ex-mandatários. Isso se relaciona com a baixíssima taxa de renovação da elite, demonstrando que mesmo com diferenças substanciais, algumas vezes com mais estreantes, outras não, os novos membros já são figuras notáveis fora do partido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUVERGER, M.. Os partidos políticos. 3ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. 1987.
- GUARNIERI, F., A força dos “partidos fracos”: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo. 2009.
- KATZ, R. & MAIR, P., The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, 7(4), p. 753-766. 2009.
- MELO, C. R., 2010. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Issue 4, pp. 13-41.
- MENEGUELLO, R., Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997). 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1998.
- PANEBIANCO, A., 1995. Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos. Madrid: Alianza Editorial.
- PRAÇA, S. & DINIZ, S., Partidos políticos: funcionam?. 1ª ed. São Paulo: Paulus. 2005.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 225-265. 2013 .
- _____.2010. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2010.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

RIBEIRO, P.F. ; LEVEGUEN, B. D. 2013. Elites partidárias no Brasil: dados preliminares. 2013..

ROMA, Celso. Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 44, p. 153-184, 2006, http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/1130-2887/article/view/2482/2530

_____. 2002 A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, 2002, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200006&script=sci_arttext

SANTOS, F. & VILAROUCA, M., Political Institutions and Governability from FHC to Lula. In: T. Power & P. Kingstone, eds. *Democratic Brazil Revisited*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. 2008.

SHONFELD, W. 1980, “ La stabilité des dirigeants des partis politiques: le personnel des directions nationales du Parti socialiste et du mouvement gaulliste”. *Revue Française de Science Politique*, 30, 477-505.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega. 1983.

TAROUCO, G., 2010. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 169-186.